

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

155 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 27/02 a 03/03/2023

1. BREXIT		1
2. GUERRA	NA UCRÂNIA	2
3. UCRÂNIA	- 10º PACOTE DE SANÇÕES	2
4. COOPERA	AÇÃO INTERPARLAMENTAR	3
	Semana Parlamentar Europeia	3
	Conferência Interparlamentar PESC/PCSD	4
5. ATIVIDADI	ES COMISSÕES PE	4
	JURI	4
	FEMM	5
	ECON	5
	ENVI	5
6. CONFERÊ	ENCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA - NOVO PAINEL CIDADÃOS	5
7. COMISSÃO	EUROPEIA SEGURANÇA RODOVIÁRIA	5
8. COMISSÃO	O EUROPEIA COMPROMISSOS PARA OS OCEANOS	6
9. REUNIÕE	S DO CONSELHO DA UE	6
	Reunião informal dos ministros responsáveis pelas Telecomunicações, os Transp	ortes e a
	Energia	6
	Conselho (Competitividade) sobre Mercado Interno e Indústria	7
10. AGENDA	DA PRÓXIMA SEMANA	7
	Parlamento Europeu	7
	Comissão Europeia	7
	Conselho da União Europeia	7
11. ACADEM	IIA ESTUDOS TEMÁTICOS	7

1. BREXIT

Após vários meses de negociação, a <u>Comissão Europeia e o Governo do Reino Unido chegaram a um acordo político de princípio</u> relativo à implementação do Protocolo sobre a Irlanda do Norte, que faz parte do acordo de saída do Reino Unido da UE. Este acordo, designado <u>Quadro de Windsor</u>, inclui uma série abrangente de soluções conjuntas destinadas a dar resposta, de forma definitiva, aos desafios práticos enfrentados pelos cidadãos e empresas na Irlanda do Norte, proporcionando estabilidade e previsibilidade. A Comissão Europeia criou uma página dedicada a este acordo, com um explicador detalhado, disponível <u>aqui</u>.

As soluções conjuntas abrangem novas disposições em matéria aduaneira, agroalimentar, de medicamentos, IVA e impostos especiais de consumo, bem como instrumentos específicos destinados a assegurar que a voz do povo da Irlanda do Norte seja mais ouvida sobre as questões específicas particularmente relevantes para as comunidades locais, e assentam em salvaguardas sólidas para garantir a integridade do mercado único da UE, ao qual a Irlanda do Norte tem um acesso único.

Estas soluções, baseadas no Acordo de Saída, procuram uma solução global, transversal e definitiva, que resolve as dificuldades práticas da aplicação do Protocolo, num equilíbrio entre flexibilidade na circulação de mercadorias para utilização final na Irlanda do Norte e salvaguardas eficazes para garantir a proteção do mercado único da UE e numa distinção clara entre mercadorias com e sem risco de entrarem no mercado único da UE.

Destacam-se especificamente:

- no domínio sanitário e fitossanitário soluções conjuntas que garantem que os mesmos alimentos estarão disponíveis nas prateleiras dos supermercados na Irlanda do Norte que no resto do Reino Unido;
- no **domínio aduaneiro** regime alargado de operadores de confiança, que estará igualmente aberto às empresas na Grã-Bretanha, possibilidade de facilitar o transporte de mercadorias e a circulação de todos os tipos de encomendas, acesso a medicamentos, flexibilização das regras em matéria de IVA e impostos especiais de consumo acompanhadas de salvaguardas que protegem a UE contra os riscos de fraude ou potenciais distorções da concorrência;
- no **domínio da governação** envolvimento regular a cada nível das estruturas do Acordo de Saída e diálogo reforçado com as partes interessadas da Irlanda do Norte sobre questões relacionadas com o Protocolo, assim como o travão de Stormont (Stormont Brake), que permitirá ao Governo do Reino Unido, a pedido de 30 membros da Assembleia Legislativa na Irlanda do Norte, pôr termo à aplicação na Irlanda do Norte de disposições alteradas ou que substituam o direito da UE relacionado com o Protocolo, quando estas possam ter um impacto significativo e duradouro específico na vida quotidiana das comunidades locais.

Além disso, o Tribunal de Justiça da União Europeia continua a ser o único e último responsável pela interpretação do direito da UE.

Nas próximas semanas terá também lugar uma reunião do Comité Misto UE-Reino Unido sobre o Acordo de Saída, co-presidida pelo vice-presidente Maroš Šefčovič e pelo Secretário dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido, James Cleverly.

1

2. GUERRA NA UCRÂNIA

O Instituto <u>Kiel</u> criou uma página para monitorizar o apoio concedido à Ucrânia pelos restantes países, designado *Ukraine Support Tracker - All facts about support for Ukraine in the first year of war*, que está disponível aqui.

O *Ukraine Support Tracker* lista e quantifica a ajuda militar, financeira e humanitária prometida pelos governos à Ucrânia entre 24 de janeiro de 2022 e até 15 de janeiro de 2023. Abrange 40 países, especificamente os Estados-Membros da UE, outros membros do G7, bem como a Austrália, Coreia do Sul, Turquia, Noruega, Nova Zelândia, Suíça, China, Taiwan e Índia. Esta base de dados destina-se a apoiar o debate baseado em factos sobre o apoio à Ucrânia. O mapa pode ser consultado <u>aqui</u>.



3. UCRÂNIA - 10º PACOTE DE SANÇÕES

O Conselho adotou o 10.º pacote de sanções em resposta à guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia. O Conselho decidiu assim impor medidas restritivas a mais 87 pessoas e 34 entidades, tendo presente a gravidade da invasão em larga escala e agressão militar persistentes.

Foram designados a **nível político/institucional** os principais decisores: os novos membros do Conselho Federal da Federação da Rússia desde 20 de dezembro de 2022, incluindo a representante da "República Popular de Lugansk", dezanove vice-ministros e alguns funcionários do Governo russo, incluindo chefes de agências federais, quatro deputados da Duma, a Frente Popular Pan-Russa e cinco pessoas a ela associadas.

No **setor militar e de defesa russo** foram incluídas chefias militares russas e dois comandantes militares do *Grupo Wagner* destacados em zonas da Ucrânia onde foram cometidas atrocidades contra civis, bem como empresas que fabricam mísseis, drones, aeronaves, veículos militares, navios de guerra ou sistemas de controlo e que fornecem equipamento às Forças Armadas russas.

São também sancionadas pessoas responsáveis pela deportação e adoção forçada de crianças ucranianas, autoridades de representação, como os chamados "procuradores" das quatro regiões ucranianas ilegalmente anexadas de Lugansk, Donetsk, Quérson e Zaporíjia e o Ministério das Situações de Emergência da República Popular de Donetsk, organizações, como a Rossyia Segodnya, e pessoas, incluindo escritores, apresentadores e executivos de alto nível de importantes canais de televisão e grupos de comunicação social, propagandistas e outras personalidades, quatro cidadãos iranianos envolvidos no fabrico e no fornecimento de drones utilizados pela Rússia contra a Ucrânia, agentes económicos de setores que representam uma fonte substancial de receitas ou que prestam apoio financeiro ao Governo da Rússia (as entidades sancionadas incluem bancos, como o Alfa-Bank, o Rosbank e o Tinkoff Bank, o National Wealth Fund - Fundo de Riqueza Nacional - da Federação da Rússia e a Russian National Reinsurance Company).

As medidas restritivas abrangem no seu conjunto um total de 1473 pessoas e 205 entidades. As pessoas e entidades designadas estão sujeitas ao **congelamento de bens**. Cidadãos e empresas da UE ficam proibidos de disponibilizar fundos às pessoas e entidades incluídas na lista de sanções e as pessoas singulares estão ainda sujeitas a uma proibição de viajar, o que as impede de entrar no território da UE ou de por ele transitar.

A <u>Comissão Europeia congratulou-se pela adição pelo Conselho deste 10.º pacote de sanções, disponibilizando uma síntese das medidas específicas a aplicar</u> no que respeita a proibição e restrições às exportações, proibições adicionais das importações da UE, setor financeiro, assim como medidas de controlo da aplicação de antievasão e novas proibições aplicáveis aos órgãos de desinformação russos.

Destacam-se destas medidas as novas restrições à exportação de tecnologias sensíveis de dupla utilização e avançadas que contribuem para reforçar as capacidades militares e tecnológicas da Rússia, que abrangem exportações da UE no valor de 11,4 mil milhões de euros (dados de 2021), e que se acrescentam às medidas precedentes, que diziam respeito a 32,5 mil milhões de euros de exportações, a proibição de importação de mercadorias russas que geram receitas elevadas como o betume e materiais afins, como o asfalto, borracha sintética e negro de fumo, cidadãos russos proibidos de ocupar cargos no seio dos órgãos diretivos das empresas de infraestruturas críticas dos Estados-Membros, cidadãos e entidades russos estão proibidos de reservar capacidades de armazenamento de gás na União (excluindo GNL), cessão dos ativos detidos na Rússia por operadores da UE e novas obrigações de declaração dos ativos do Banco Central russo.

4. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR

Semana Parlamentar Europeia

Teve lugar no Parlamento Europeu, em Bruxelas, nos dias 27 e 28 de fevereiro, a <u>Semana Parlamentar Europeia, que engloba a Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na UE e Conferência sobre o Semestre Europeu</u>. A delegação da Assembleia da República que participou nestes trabalhos foi constituída pelos Deputados Bernardo Blanco (IL), Miguel Iglésias (PS) e Paulo Moniz (PSD), da Comissão de Assuntos Europeus, Miguel Matos (PS) e Alexandre Simões (PSD), da Comissão de Orçamento e Finanças, e Francisco César (PS) e Clara Marques Mendes (PSD), da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão.

A primeira sessão da Conferência, dedicada aos *Desafios económicos e sociais em tempos de incerteza geopolítica*, e que contou com as intervenções do Vice-Presidente Executivo da Comissão Europeia, Valdis Dombrovskis, e do Secretário-Geral OCDE, Mathias Cormann (mensagem vídeo), foi iniciada pelo discurso de abertura da <u>Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, que referiu que</u> a Europa deve manter-se unida face aos desafios globais, continuando a estabelecer padrões globais com a sua atuação, e exortou os parlamentares a evitar a tentação protecionista quando confrontados com dificuldades económicas, apelando a uma resposta coordenada e utilizando os fóruns interparlamentares para identificar as melhores soluções. Também o Presidente do Parlamento sueco, Andreas Norlén, lembrou os participantes que, apesar da guerra na Ucrânia ter afetado negativamente todas as economias europeias, o preço mais alto estava a ser pago pelo povo ucraniano e que as adaptações económicas seriam necessárias, devido à geopolítica mas também devido à necessidade de abordar melhor as alterações climáticas e a justiça fiscal.

As reuniões organizadas pelas comissões dos Parlamento Europeu decorreram em paralelo, tendo sido dedicadas à discussão em torno da alta inflação e ao impacto da decrescente utilização do dinheiro - caso das moedas digitais, no caso da Comissão ECON (Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários) e às consequências socio-económicas da alta inflação e dos preços da energia e soluções focadas nos agregados vulneráveis e à integração da dimensão social na revisão do quadro económico e orçamental da UE no que se refere à Comissão EMPL (Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais). As alterações climáticas, energia e inflação e o seu papel no Quadro Financeiro Plurianual e os Recursos Próprios, assim como as respostas nacionais e da UE à crise orçamental e o papel dos Parlamentos no âmbito do apoio à Ucrânia foram os temas em debate na reunião da Comissão BUDG (Comissão dos Orçamentos).

O segundo dia de reunião foi dedicado novamente à sessão plenária e à discussão em torno da revisão do quadro de governação económica da UE e aos desafios do trabalho remoto na UE, com debate sobre estes temas entre os deputados dos Parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu.

Os vídeos e documentação relativos a este evento podem ser encontrados aqui.

Conferência Interparlamentar PESC/PCSD¹

A Conferência Interparlamentar sobre Política Externa e de Segurança Comum e Política Comum de Segurança e Defesa, promovida no âmbito da dimensão parlamentar da Presidência sueca do Conselho da UE, teve lugar em Estocolmo, nos dias 2 e 3 de março. A delegação da Assembleia da República a esta Conferência foi constituída pelos Deputados António Sales (PS) e Miguel Iglésias (PS), pela Comissão de Assuntos Europeus, Francisco César (PS) e Ricardo Sousa (PSD), pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, e Miguel dos Santos Rodrigues (PS) e Jorge Paulo Oliveira (PSD), pela Comissão de Defesa Nacional.

A delegação participou na reunião do GrupoMed e nos painéis de discussão que versaram sobre os seguintes temas: A agressão russa contra a Ucrânia, A bússola estratégica da UE para a segurança e defesa - desafios e oportunidades, O Ártico e as Prioridades da Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa.

Durante os períodos de debate entre os deputados dos Parlamentos nacionais e Parlamento Europeu foi sobretudo focada a importância da continuidade do apoio da UE à Ucrânia, da desocupação dos territórios e da punição dos crimes de guerra, bem como os passos para adesão do país à UE, importância da implementação da bússola estratégica e da sua adaptação à nova realidade, da mobilidade militar e capacidade de projeção rápida, questões de segurança marítima e revisão da estratégia europeia nesta área e a cooperação com a NATO. Na matéria relativa ao Ártico, destacaram-se as referências à relação com a Rússia, à importância geoestratégica da região no que diz respeito ao ambiente e alterações climáticas, posicionamento da China relativamente à região e a importância da sua estabilidade, e no âmbito das prioridades da PESC/PCSD foi destacado o papel do Mecanismo de Apoio à Paz, questões associadas à energia, estabilidade das cadeias de abastecimento, consequências da agressão russa noutros territórios, como o continente africano, alargamento da UE e parcerias com países vizinhos, a posição global da UE no mundo, reforço da indústria europeia de defesa e relações multilaterais. Foi elaborada uma declaração conjunta dos co-presidentes desta Conferência, e a documentação e vídeo da Conferência encontram-se disponíveis aqui.

5. ATIVIDADES COMISSÕES PE

JURI

_

A Comissão dos Assuntos Jurídicos adotou a sua posição sobre a proposta relativa à proteção das indicações geográficas de produtos industriais e artesanais, que introduz uma indicação geográfica (IG) que protege os nomes dos produtos artesanais e industriais locais, procurando reduzir o fosso entre sistemas nacionais divergentes, protegendo bens como pedras naturais, joalharia, têxteis, rendas, cutelaria, vidro e porcelana, tanto na UE como internacionalmente. Com base no regulamento existente que protege os alimentos produzidos localmente na UE, a proposta estabelece um procedimento para registar as IG e a sua rotulagem, com os pedidos a ser primeiro analisados pelas autoridades nacionais e locais e depois o Instituto da Propriedade Intelectual da União Europeia (EUIPO), que decide sobre o registo.

¹ Ponto elaborado em conjunto com Elodie Rocha, Assessora da Comissão de Assuntos Europeus

FEMM

A Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros (FEMM) organizou uma reunião interparlamentar sobre o Dia Internacional da Mulher para debater aspetos de género no âmbito da pobreza energética. O programa e vídeo da reunião encontram-se disponíveis <u>aqui</u>.

ECON

Os negociadores do Parlamento Europeu e do Conselho alcançaram um <u>acordo provisório sobre as obrigações verdes europeias</u>. O regulamento estabelece requisitos uniformes para os emitentes de obrigações que pretendam utilizar a designação "obrigação verde europeia" ou "EuGB" para as suas obrigações sustentáveis do ponto de vista ambiental, alinhadas pela taxonomia da UE e disponibilizadas a investidores a nível mundial. Nos termos do acordo provisório, todas as receitas dos EuGB terão de ser investidas em atividades económicas alinhadas pela taxonomia da UE, desde que os setores em causa já estejam por ela abrangidos.

ENVI

A Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar definiu a sua posição relativamente à revisão do quadro legislativo da UE sobre os gases fluorados com efeito de estufa, procurando reforçar os novos requisitos propostos pela Comissão que proíbem a colocação no mercado único de produtos que contenham gases fluorados e acrescentando também proibições sobre a utilização de gases F em sectores onde é tecnológica e economicamente viável mudar para alternativas que não os utilizam.

6. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA - NOVO PAINEL CIDADÃOS

A Comissão Europeia deu esta sexta-feira início a um <u>novo painel de cidadãos</u>, no qual cidadãos dos 27 Estados-Membros irão debater a forma como todos os cidadãos da UE poderão beneficiar da mobilidade para fins de aprendizagem.

Este painel reunir-se-á três vezes entre março e abril de 2023. A primeira sessão, que terá lugar entre 3 e 5 de março em Bruxelas, será aberta pela comissária responsável pela Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude, Mariya Gabriel. A segunda sessão do painel terá lugar em linha, de 24 a 26 de março. A sessão final terá lugar entre 28 e 30 de abril em Bruxelas e o vice-presidente responsável pela Promoção do Modo de Vida Europeu, Margaritis Schinas, estará presente na sessão de encerramento.

O painel é composto por cerca de 150 cidadãos selecionados aleatoriamente e é representativo da diversidade da UE em termos geográficos, género, idade, contexto socioeconómico e nível de habilitações. Além disso, um terço dos participantes no painel tem menos de 25 anos. Esta iniciativa faz parte de uma nova geração de painéis de cidadãos que surgiu **no seguimento da Conferência sobre o Futuro da Europa** com o objetivo de promover a participação dos cidadãos no processo de elaboração de políticas da Comissão em determinados domínios de intervenção fundamentais. O painel de cidadãos faz parte da estratégia de consulta que antecede a proposta da Comissão que será apresentada ainda este ano.

7. COMISSÃO EUROPEIA | SEGURANÇA RODOVIÁRIA

A Comissão Europeia apresentou esta semana propostas para modernizar as regras relativas à carta de condução, incluindo a introdução de uma carta de condução digital válida em toda a UE e novas disposições para facilitar a aplicação transfronteiriça das regras de trânsito, procurando melhorar a segurança de todos os utentes da estrada e ajudar a UE a alcançar a sua Visão Zero — zero mortes nas estradas da UE até 2050.

A proposta relativa à carta de condução altera a legislação em vigor e, por forma a assegurar a melhoria da segurança rodoviária, prevê:

- Um **período probatório de, pelo menos, dois anos para os condutores recém-encartados** após a aprovação no exame de condução e uma regra de tolerância zero à condução sob a influência do álcool;
- Permitir que os jovens realizem o seu exame e iniciem a condução acompanhada de automóveis e camiões a partir dos **17 anos de idade**, a fim de adquirirem experiência de condução;
- **Adaptar a formação** e os testes dos condutores para preparar melhor os condutores para a presença de utentes vulneráveis na estrada;
- Uma **avaliação mais específica da aptidão médica**, tendo em conta os progressos registados no tratamento médico de doenças como a diabetes.

Para simplificar o reconhecimento das cartas de condução entre os Estados-Membros, a Comissão propôs a introdução da **carta de condução digital** (iniciativa pioneira a nível mundial), facilitando a sua substituição, renovação ou troca, uma vez que todos os procedimentos serão feitos em linha. Por outro lado, as regras atualizadas relativas aos exames de condução terão em conta a transição para veículos de emissões zero.

Por fim, a proposta procura ainda resolver os problemas relativos às **infrações transfronteiriças** cometidas impunemente, permitindo que as autoridades responsáveis pela aplicação da lei tenham acesso aos registos nacionais de cartas de condução e reforçando o papel dos pontos de contacto nacionais para colmatar as atuais lacunas na cooperação entre os Estados-Membros na investigação de infrações. Será criado um sistema que permitirá a **inibição de conduzir à escala da UE** se um Estado-Membro decidir inibir um condutor devido a uma infração cometida no seu território, abrangendo infrações rodoviárias graves. É também proposto neste âmbito o **alargamento das infrações rodoviárias**, nomeadamente não manter uma distância de segurança suficiente em relação ao veículo da frente, ultrapassagens perigosas, estacionamento perigoso, atravessar uma ou mais linhas contínuas, condução em contramão, desrespeito das regras relativas à utilização dos corredores de emergência, condução de um veículo com excesso de carga. A secção de perguntas e respostas sobre o tema encontra-se disponível <u>aqui</u>.

8. COMISSÃO EUROPEIA | COMPROMISSOS PARA OS OCEANOS

A UE confirmou, na <u>Conferência «O Nosso Oceano»</u>, <u>realizada no Panamá</u>, o seu forte empenho na governação internacional dos oceanos, ao anunciar <u>39 compromissos</u> de ação para o ano de 2023 nesta área. A UE aderiu também à <u>Aliança para a Ação contra a Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada (INN)</u>.

Os compromisso assumidos em prol de oceanos seguros, limpos e geridos de forma sustentável englobam financiamento para a investigação oceânica, a fim de proteger a biodiversidade marinha e fazer face aos impactos das alterações climáticas nos oceanos, renovação da constelação de satélites fundamentais para continuar a observação em tempo real dos icebergues e do degelo no Ártico, proteção da biodiversidade e combate às alterações climáticas em zonas específicas, ações de apoio às organizações regionais de gestão das pescas, financiamento da OMC em matéria de subsídios à pesca.

9. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião informal dos ministros responsáveis pelas Telecomunicações, os Transportes e a Energia

Os <u>ministros da energia</u> discutiram o mercado de fornecimento de energia, concentrando-se nos preparativos para o próximo inverno. No âmbito dos <u>transportes</u>, foi debatida a futura política de transportes para uma Europa mais competitiva e verde. Teve ainda lugar uma <u>sessão conjunta</u> sobre a política energética e de

transportes para este último setor além de 2030 e sobre a futura política energética para a competitividade industrial nos Estados-Membros e os preparativos para a implementação do *Fit for 55*.

Conselho (Competitividade) sobre Mercado Interno e Indústria

Os ministros acordaram um <u>mandato de negociação (orientação geral) para a diretiva relativa aos contratos de serviços financeiros celebrados à distância</u>, assim como um <u>mandato de negociação (orientação geral) para o regulamento relativo à recolha e partilha de dados para serviços de alojamento de curta duração</u>, como parte dos esforços em curso para promover um ecossistema turístico equilibrado no seio da UE.

10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana, os trabalhos no Parlamento Europeu serão dedicados às <u>atividades das comissões</u> <u>parlamentares</u> e dos grupos políticos.

Comissão Europeia

A <u>próxima reunião</u> do Colégio será no dia <u>8 de março</u> e será dedicada ao pacote de segurança e defesa, incluindo a estratégia para a segurança marítima da UE e a comunicação conjunta sobre a estratégia espacial da UE para a segurança e defesa, assim como Solidariedade com a Ucrânia: um ano de implementação da Diretiva de proteção temporária.

Conselho da União Europeia

O calendário completo está disponível, destacando-se:

- 07.03: Conselho (Educação, Juventude, Cultura e Desporto) sobre Educação; Reunião informal dos ministros da Defesa
- 08.03: Reunião informal dos ministros responsáveis pelo Desenvolvimento, 8-9 de março de 2023
- 09.03: Conselho (Justiça e Assuntos Internos); Reunião informal dos ministros responsáveis pelo Comércio

11. ACADEMIA | ESTUDOS TEMÁTICOS

Dando continuidade à resenha dos principais estudos e trabalhos académicos publicados pelo PE, agrupados por Comissão Parlamentar na AR, damos nota da disponibilização da edição de fevereiro <u>aqui</u> e do arquivo *online* <u>aqui</u>.

Bruxelas | 3 de março de 2023

Para mais informações: <u>Catarina Ribeiro Lopes</u>, Representante Permanente da AR junto da UE e <u>Bruno Dias Pinheiro</u>, Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores aqui (ARNet) ou aqui.